

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

ESCOLA DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO

ARTIGO CIENTÍFICO

**VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR**

A SINDROME DO SILÊNCIO

­­­

ORIENTANDA: TÂMARA VANESSA VIDAL CHAGAS

ORIENTADOR: Prof. Dr. José Carlos

GOIÂNIA

2023

TÂMARA VANESSA VIDAL CHAGAS

Projeto de Artigo Científico apresentado à disciplina Trabalho de Curso II, da Escola de Direito e Relações Internacionais, Curso de Direito, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GOIÁS). Prof. Orientador – Dr. José Carlos.

GOIÂNIA

2023

TÂMARA VANESSA VIDAL CHAGAS

TEMA: VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR

Data da Defesa:

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Nota:

Examinadora Convidada: Nota:

**SUMÁRIO**

RESUMO.............................................................................................................1

INTRODUÇÃO.....................................................................................................2

VIOLÊNCIA, GÊNERO E RELAÇÕES SOCIAS..................................................3

**RESUMO**

A violência sexual é fenômeno complexo que viola o direito à liberdade da pessoa, a vida, à consciência. É uma ação que perpassa a violência física e atinge o mais profundo do psiquismo humano o qual é o processo de formação psicológica do indivíduo, o que pode acarretar em sequelas irreversíveis ao longo da vida. Essa ação, apesar de absurda, é, infelizmente, mais presente no âmbito familiar e não só em locais desconhecidos, como se acredita. Primordialmente, a relevância do assunto se dá a partir do momento que um tema tão importante não é abordado como deveria ser. Não se tem informações claras sobre o assunto e muito menos ainda são conscientizados os pais, familiares e educadores das escolas. As políticas públicas vem com intuito de não só constituir um amparo a criança como também de prevenção. Essas políticas devem estar à disposição para prevenir e amparar essas crianças e adolescentes para que, então, uma rede de prevenção seja formada. Para que o efeito preventivo seja aplicado e que, em casos de abuso, essas crianças sejam amparadas e resguardadas pela lei, sociedade. Por tudo isso, e por ser tratar também de um assunto de saúde pública, o trabalho busca desdobrar a visão da Psicologia diante das políticas públicas para crianças e adolescentes no contexto de violência sexual. Além do que a psicologia salienta acerca desses eventos traumáticos os quais, mesmo após vários anos ao longo da vida, são danos a níveis sociais, cognitivo e afetivo, levando a vítima a arrastar esses traumas como autoacusação, isolamento social, vergonha, apatia, irritabilidade, entre outros sintomas que estão discorridos nesta pesquisa.

**Palavras-chave:** VIOLÊNCIA. VIOLÊNCIA SEXUAL. VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR. ABUSO INFANTIL.

**INTRODUÇÃO**

O Abuso Sexual e as Políticas Públicas são temas bastante relevantes no contexto da formação e da educação infantil. As crianças e adolescentes deveriam se sentir protegidos e seguros em sua própria casa e em sociedade, mas às vezes pode ser que isso não aconteça. Isso porque, a violência sexual, normalmente, é praticada no âmbito familiar por quem é da própria família ou por amigos muito próximos, o que torna mais difícil que percebam os abusos e só torna o trauma psicológico ainda maior (Gonçalves & Ferreira, 2002; Habigzang & Caminha, 2004; Osofsky, 1995).

Pesquisas mostram que existe uma classe social, raça ou nível de escolaridade especifica que têm uma maior incidência nos abusos. Todavia isso não quer dizer que há um perfil especifico para ser um abusador, o que torna mais difícil identificar. Por outro lado, quem geralmente mais pratica esse ato de violência são pessoas do sexo masculino, pai, padrasto, tio, parentes ou amigos da família, quase sempre tendo meninas como alvo.

As crianças abusadas são ameaçadas de diversas formas. Não raro as ameaças envolvem não só menções à sua morte como também envolve a sua genitora. O medo de fazerem mal à sua própria vida e/ou com sua genitora fazem com que a vítima permaneça em silêncio. Isso contribui para que os abusos continuem sendo acometidos em segredo. Alguns abusos levam anos e anos para serem descobertos e o agressor quase sempre é alguém muito próximo. Mesmo não reportando o abuso, as crianças utilizam outros meios para se expressar e demonstrar o que está acontecendo. Geralmente, através de desenhos ou insinuações de atos sexuais com bonecos que possuem genitálias. Porém na maioria das vezes não são levadas a sério e interpretam como se fosse algo da sua imaginação.

Antigamente, a palavra da criança sempre era interpretada como ilusão ou imaginação. Foi muito difícil o abuso ser reconhecido como violência à criança, porque ela era sempre desacreditada. Tem crianças que conseguem comunicar o abuso às mães. Por outro lado, algumas delas silenciam, por terem medo de apanhar dos pais, represálias ou vergonha.

**2 – VIOLÊNCIA, GÊNERO E AS RELAÇÕES SOCIAIS**

­­­­­

A violência é um problema mundial que não prioriza classe social ou raça e está presente em toda a sociedade. Existem muitos tipos de violência e todas prejudicam o bem estar em vários aspectos, seja a integridade física, moral ou emocional. Todas elas são um fenômeno complexo que viola o direito à liberdade da pessoa, a vida, à consciência. Além disso, acarretam muitas consequências como: lesões, danos psicológicos, transtornos de desenvolvimento e, algumas delas, podem até atingir um grau mais elevado de violência e resultar em morte. (KRUG et. al.,2012).

‘’A violência sexual é um fenômeno universal, em que não existem restrições de sexo, idade, etnia ou classe social. Embora atinja homens e mulheres, as mulheres são as principais vítimas, em qualquer período de suas vidas. E as mulheres jovens e adolescentes apresentam risco mais elevado de sofrer esse tipo de agressão”.  
[Violência sexual: estudo descritivo sobre as vítimas e o atendimento em um serviço universitário de referência no Estado de São Paulo](http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/11/CLAUDIAFACURIETAL_CAISM2013_artigoviolenciasexual.pdf)**, por Cláudia de Oliveira Facuri et al. (Caderno de Saúde Pública, maio/2013).**

Sem hierarquizar a violência física, que pode parecer ser a mais preocupante por deixar lesões mais visíveis, a violência sexual é um crime que faz muitas marcas principalmente ao psicológico da vítima. Mesmo sendo um crime que não costuma deixar muitos rastros, esses danos físicos e psicológicos podem ser perpétuos. (Kaplan & Sadock, 1990)

Vimos que a violência sexual é o poder sobre uma pessoa/criança, que anula ela como um ser humano e a coloca em um lugar de objeto podendo ser tratada como uma coisa que está ali apenas para satisfação pessoal do outro. Acontece que existe uma diferenciação de gênero, principalmente por parte dos homens, os colocando como dominador. Isso se origina por uma razão social e cultural. A maior parte das vítimas são do sexo feminino.

Nesse sentido, temos o texto de Gabel, que classifica essa disfunção de gênero em níveis.

O abuso sexual supõe uma disfunção em três níveis: o poder exercido pelo grande (forte) sobre o pequeno (fraco); a confiança que o pequeno (dependente) tem no grande (protetor); e o uso delinqüente da sexualidade, ou seja, o atentado ao direito que todo indivíduo tem de propriedade sobre seu corpo (Gabel, 1997, p.10)

No mesmo raciocínio, Foucault (1976), concorda que também existe uma configuração de poder sobre o mais forte, que subjuga, explora e domina o mais fraco sendo uma relação de forças desiguais.

Dessa forma, o patriarcalismo se instaurou com a teoria de que existe uma superioridade de um lado do sexo e impôs que o outro lado é o mais frágil e por isso tenha delimitações ante o outro. Assim, o papel da mulher como sendo considerado o lado mais fraco, fica com a função de cuidar da família, dos filhos e das necessidades do marido. Assim, o lado imposto ser o mais forte fica responsável pelo suporte econômico que gera uma dependência financeira da outra parte. Logo, surgiu um pensamento sobre o lugar que cada sexo deveria atuar dentro da sociedade a partir do papel de gênero que lhe foi atribuído. (BARRETO, 2004).

Complementa Silva Junior (2006), sobre a hierarquia de gênero construída culturalmente e o domínio do patriarcalismo.

A violência baseada no gênero é aquela praticada pelo homem contra a mulher que revele uma concepção masculina de dominação social (patriarcado), propiciada por relações culturalmente desiguais entre os sexos, nas quais o masculino define sua identidade social como superior à feminina, estabelecendo uma relação de poder e submissão que chega mesmo ao domínio do corpo da mulher. (SILVA JÚNIOR, 2006)

Essa perspectiva da objetificação do corpo da mulher fez com que o estupro não fosse considerado como crime. Pois existia um padrão de conduta para que a mulher fosse considerada vítima. A conduta da mulher “ideal” para ser considerada uma vítima deveria ser ilibada, em outras palavras, ela deveria ser virgem, caso contrário, não seria reconhecido o abuso. Afinal, o que contava mesmo era a desonra da família e, principalmente, a do pai. Sendo assim, as mulheres que não se enquadravam nesse padrão mantinham o abuso em segredo por medo das represálias da sociedade, autoridades e constrangimento, porque elas eram consideradas muita das vezes a provocadora do abuso sexual, já que era quase impossível fazer algo a respeito se o infrator possuísse status social (DIOTTO; SOUTO, 2016).

A sociedade permitiu que se construísse um estereótipo de que a masculinidade do homem advém da agressividade e violência dando quase que um aval de que eles não precisam respeitar uma negativa da mulher, senão, sua sexualidade será questionada.

Nesse sentido, Soares (1999, p. 125) defende que “o ato criminoso não tem relação com sexo ou desejo sexual, mas provém da necessidade do homem de controlar a mulher e exercer sobre ela o seu poder”. Logo, a consumação do crime não está relacionada ao prazer sexual do homem, mas ao sentimento de domínio e o ato de exercer poder sobre a vítima já que existe uma necessidade constante de reafirmar a hierarquia sobre a mulher.

**3 - VIOLÊNCIA SEXUAL**

A Organização Mundial de saúde traz uma definição bem ampla que procura abranger uma série de características que nos permitem utilizar pro reconhecimento das situações de violência.

‘’Qualquer ato sexual, tentativas de obter um ato sexual, comentários ou insinuações sexuais não desejados, atos de tráfico ou dirigidos contra a sexualidade de uma pessoa usando coerção, por qualquer pessoa. Independente de sua relação com a vítima, em qualquer contexto, porém não limitado à penetração da vulva ou ânus com o pênis, outra parte do corpo ou objeto, contudo, a definição de estupro pode variar em vários países’’ (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2016).

Os conceitos são lentes do qual nos ajudam a enxergar os problemas de vários ângulos. Primordialmente, a coisificação da pessoa é não atribuir ao outro a condição de ser humano, é ver o outro como uma coisa ou objeto e não ser capaz de enxerga-lo como um sujeito de direitos, ou seja, estando diante de uma coisa é te dar o poder de fazer o que quiser com essa pessoa.

Primeira coisa, é derrubar alguns mitos que atrapalham a atuação. Pois, não dá pra acreditar que todos os abusadores são pedófilos, na maior parte dos casos não existe nenhum transtorno de personalidade, é apenas um adulto comum que está em uma relação próxima a criança e acaba ganhando a confiança dela, o mesmo tem a plena noção do que é certo e errado, comete os atos sabendo que é errado se envolver com uma pessoa em nível de desenvolvimento inferior a dele e que não tem a capacidade de compreender e decidir.

“A violência doméstica é todo ato ou omissão, praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que, sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima, implica numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto” (AZEVEDO; GUERRA, 2001 apud ROSA; CIONEK, 2006 p.12).

Outro conceito muito importante é a ideia da transgressão do poder, pois toda relação social existem diferenças de poder, seja em uma sala de aula que é composta por alunos e professores ou em uma família com pais e filhos, no caso das famílias são imputados o poder de educar estando inclusive previsto nas leis, na sociedade as autoridades que são as figuras investidas de poder, em todo o contexto social independe de onde esteja haverá uma diferença de poder, a questão é observar se esse direito foi transgredido.

Observando o cenário da violência sexual que está no convívio social agredindo muitas pessoas por meio da agressão física, coerção, sedução, ameaças para obrigar ou submeter a pessoa à relação sexual é crime. Portanto, os dados da Organização Mundial de Saúde demonstra que 20% das mulheres e 10% dos homens foram vítimas de abuso sexual quando ainda eram crianças e 30% foram forçados a realizar uma relação sexual. Nesse sentido, a Organização Mundial de Saúde afirma que a violência consiste justamente pelo uso intencional da força física ou poder sobre outra pessoa ou criança.

Violência, para a Organização Mundial de Saúde, caracteriza-se pelo uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha a possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (Krug et al., 2002).

Como resultado, de uma sociedade instituída de poder e dominação foram auferidos 159 mil registros feitos pelo Disque Direitos Humanos no ano de 2019, sendo que 86,8 mil são de violações de direitos de crianças ou adolescentes, o aumento de 14 % é expressivo em relação a 2018.

A percepção do olhar voltado ao mundo, olhando além das marcas invisíveis, nos faz conhecer problemas vividos que por vezes só um olhar atentivo seria capaz de enxergar as marcas invisíveis de uma violência como um ato humano. Talvez, se praticado, essa violência sexual não ocuparia mais a quarta posição no balanço com 17 mil ocorrências e apenas 11% sendo dnunciadas, sofrendo uma queda de 0,3% em relação ao ano anterior.

A ONDH ao analisar essas denúncias identificou que 73% da violência sexual ocorre normalmente dentro da casa da vítima ou do suspeito, sendo que 40% das denúncias apontam o pai ou padrasto como abusador. Geralmente, o abusador é o próprio cuidador, os dados verificaram que 87% dos registros são do sexo masculino, 62% dos casos tem idade entre 25 e 40 anos. A maior parte das denúncias são recebidas pelas adolescente com idade entre 12 e 17 anos, do sexo feminino, sendo 46% das denúncias recebidas.

Cerca de 12 milhões de mulheres reportam que sofreram violência sexual por ano em todo o mundo. Esse dado é apenas uma mera aferição sobre essa realidade. Logo, a coleta de informações não é feita de forma concisa e a maioria dos abusos não são notificados. Esses aspectos dificultam que se tenham dados estatísticos precisos do problema (DADOS DA ONU).

**4 - VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR**

A família é o primeiro grupo do qual a criança faz parte. A principal influência sobre sua formação acontece dentro desse espaço e ciclo de pessoas do qual integram o seu lar. Logo, a formação física, psicológica, motora, emocional, social dependem dessa relação que por muitas das vezes não é bem estruturada, muito menos sabem preparar essa criança com amor e harmonia para o convívio social.

Uma vida saudável surge como produto da compreensão nos lares que têm harmonia, onde há boas relações. Se existe imposição, deve ser expressa de forma lógica, impessoal, firme, com a necessária flexibilidade. Na família transmitem-se condutas, hábitos e normas. Age-se com o herdado, com o aprendido dos pais e familiares. Muitas vezes, as próprias crianças ensinam o caminho para a saúde mental. Se elas vivem em ambientes que geram angústias, com o tempo isso pode se agravar. Se um matrimônio sobrevive sem amor, pode estar condenado ao fracasso e os filhos a terem problemas físicos e emocionais (KNOBEL, 1996).

No âmbito familiar é o lugar onde a criança se sente mais a vontade. Assim, todos precisam estar atentos ao comportamento dessas crianças e adolescentes, já que quem está por perto conseguirá identificar mais fácil se elas estão sofrendo algum tipo de violência. Por outro lado, se o abusador estiver dentro da mesma casa sendo um pai, padrasto, estando eles na posição de protetor/provedor podem se aproveitar dessa condição. A exploração sexual de uma criança ou adolescente por parte do cuidador faz com que se inverta e/ou cause uma confusão nos papéis.

"O abuso sexual deixa a maioria das pessoas incomodadas. É triste pensar que adultos causem dor física e psicológica nas crianças para satisfazer seus próprios desejos, especialmente quando esses adultos são amigos ou confiáveis membros da família." (Watson, 1994, p.12)

Bem como, 70% da violência sexual infantil é intrafamiliar transformando um ambiente que deveria ser seguro em um lugar de dor. ( Brino, et al, 2011).

Entretanto, as crianças se calam por medo de serem desacreditadas ou culpa porque elas não sabem que são vítimas da situação. Por isso, a importância de que a família ou as pessoas do seu convívio estejam preparadas para ensinar essas crianças e adolescentes. Esse diálogo começa dentro dos seus próprios lares e servem para que, caso a criança esteja em situação de perigo, consiga pedir ajuda ou se proteger.

Entre as reações mais comuns estão a culpa que a criança carrega por ter participado da vivência abusiva e o medo das consequências da revelação dentro de sua família. Temem o castigo, o descrédito e a não proteção, mantendo, assim, a omissão dos fatos de forma consciente. A crença de que são, de alguma maneira, responsáveis pelo ato vivido, intimida as crianças a não revelarem o que estão ou estávam sofrendo (BALBINOTTI, 2009, p. 4).

A família quando não conivente é essencial essa ajuda, não se calando e denunciando qualquer que seja o tipo de suspeita. Assim, ela protege quem não consegue se defender. Mas também é dever do estado ter programas e Leis que protejam a segurança do indivíduo.

Mas a sociedade quando é bem orientada sobre o abuso sexual ela será um bom agente protetor e saberá melhor observar as crianças e adolescentes a sua volta, porque essas crianças só contam sobre os abusos quando encontram alguém de confiança. Porém não é sempre que podem confiar em alguém dentro da sua própria família.

Por outro lado, em muitos casos o abusador é um pai ou avô muito presente na vida da pessoa e que faz muitas ações boas, leva para passeios, agrada com presentes, dá conselhos sobre a vida, mas está mesma pessoa é a que faz ações ruins com ela e por falta de entendimento da situação isso gera uma confusão e a criança não consegue odiar o agressor, o seu desejo é que ele só pare com os atos ruins e que só continue as coisas boas.

Para uma criança que está em formação tentando compreender essas relações, não é tão fácil que ela consiga entender que aqueles atos faz parte de uma relação sexual, a fórmula da brincadeira encobre todas essas ações, às vezes ela não sabe nem como se manifestar sobre aquilo porque esse abuso vem como uma coisa do bem que é apenas um segredo entre os dois.

A falta de esclarecimento sobre o sexo faz com que só aumente a incidência do abuso sexual. Por isso, ensinar sobre a educação sexual às crianças e adolescentes é ensinar sobre seus corpos ajuda que ela consiga diferenciar carinho de abuso. A forma mais inteligente de proteger é educando em casa, nas escolas. Um ambiente saudável faz com que elas confiem em fazer revelações (Lenzi, 2019).

E as pessoas, como sociedade, além de terem esse dever carecem também ter a consciência de que é parte fundamental quando se trata de pessoas que não conseguem se defender sozinhos e precisam de pessoas que denunciem o que está acontecendo, o que fará com que esses abusos sejam descobertos. Quando essa violência é descoberta e denunciada é mais uma vítima fora do perigo.

A integração de toda a sociedade é essencial na proteção das crianças, se ela é bem orientada a probabilidade é muito menor que essas crianças permaneçam em risco. Todo meio de comunicação, educação a essas pessoas formam uma base de apoio bem estruturada, debates sobre o assunto para que pessoas sejam conscientizadas e se coloquem em um lugar de dever e não de favor para que não sejam omissos diante dessa situação.

**5 - COAÇÃO**

A vítima é coagida de diversas formas. Primeiro, por quem comete a violência, que na maioria das vezes ameaça a criança, às vezes, até o profissional que faz os atendimentos coage a criança com julgamento ou críticas, a faz se sentir constrangida fazendo com o que o seu silêncio seja ainda mais profundo por medo ou vergonha.

O abusador, na maioria das vezes, ameaça a vítima lhe causando medo para que ela não conte a ninguém. O segredo da vítima se torna o seu maior aliado, às vezes a família descobre o abuso, mas acoberta, porque às vezes é muito conveniente que ele seja mantido em segredo para proteger a imagem do agressor. Até quando ela vai receber atendimento médico muitas vezes é constrangida durante exame, o qual é extremamente invasivo, no depoimento que tem que prestar, porque muitas das vezes desacreditam da palavra da vítima.

"O abuso sexual deixa a maioria das pessoas incomodadas. É triste pensar que adultos causem dor física e psicológica nas crianças para satisfazer seus próprios desejos, especialmente quando esses adultos são amigos ou confiáveis membros da família." (Watson, 1994, p.12)

Quando um abuso sexual é descoberto e o abusador é alguém de dentro da família, às vezes, um provedor ou alguém importante que a família tenha interesse em esconder, elas manipulam essas vítimas a ficarem em silêncio o que dificulta o trabalho de interversão da Justiça na violência intrafamiliar fazendo que assim se tornem ineficazes.

**6 - PREVENÇÃO**

Todos os cidadãos tem o direito de receber atendimento público como forma de prevenção para o abuso sexual e não só quando já são vítimas de abusos sexuais ou físicos. Toda a sociedade tem o direito de receber esse atendimento.

Talvez a sociedade não tenha muita noção sobre sua importância em ajudar a denunciar, já que por ser quem mais consegue presenciar essas situações. A ajuda dela ao denunciar esses casos é imprescindível. Os órgãos competentes para registrar esses problemas que ela deve procurar são: a Delegacia da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares, Centro de Referência e Assistência Social (CRAS), e entre outros, para que a providência seja tomada da maneira mais segura tanto para quem está à volta e principalmente para que a vítima esteja em segurança.

Muitos criminosos permanecem ocultos por diversos motivos. Primeiro, que a vítima, normalmente, fica calada por medo ou vergonha, a família não costuma perceber porque é muito sério suspeitar de algo tão horroroso de alguém em que você confia muito. Divulgar sobre como esses abusos acontecem e alertar sobre como é possível identificar os abusos, faz com que abra os olhos da família e da sociedade para que elas denunciem, muitos criminosos saem impune por não ter alguém que perceba o que está acontecendo e denuncie.

**6.1 – FERRAMENTAS, LUGARES DE PREVENÇÃO**

As Políticas Públicas são ferramentas que o estado deve criar para prevenir esses abusos sexuais. A família, geralmente, não sabe onde pode procurar ajuda e essas ferramentas servem para que essas famílias que passam por esses problemas tenha informação de que existe um suporte do estado garantido em lei do qual elas podem procurar ajuda. Muitas famílias escondem esses abusos por medo de represálias da própria família ou da sociedade, algumas se culpam, outras escondem, e algumas não sabem mesmo onde procurar ajuda.

A sociedade também tem o dever de ajudar a proteger essas crianças e adolescentes. Não só as ações governamentais tem esse papel, mas também uma ação coletiva se torna necessária. O coletivo precisa estar ciente do seu papel, como sociedade, na prevenção dessa violência, seja ela física ou sexual. Isso recai muito sobre a importância de uma sociedade bem orientada e em alerta. O maior trabalho é ensinar a sociedade sobre seu papel.

Pois, trabalhar com crianças que sofreram abusos é complicado por quatro fatores.

"Como um problema multidisciplinar, requer a estreita cooperação de uma ampla gama de diferentes profissionais com diferentes tarefas. Como um problema legal e terapêutico, requer, por parte de todos os profissionais envolvidos, o conhecimento dos aspectos criminais e de proteção da criança, assim como dos aspectos psicológicos. Envolve as crianças como seres humanos estruturalmente dependentes, que são pessoas com seus próprios direitos, mas que não podem exercer esse direito elas mesmas, precisando de proteção e do cuidado dos pais. A natureza específica do abuso sexual da criança como uma síndrome conectadora de segredo para a criança, a pessoa que cometeu o abuso e a família, e como uma síndrome de adição para a pessoa que cometeu o abuso complica tanto a intervenção legal quanto a intervenção protetora da criança, assim como a própria terapia." (Furniss, 1993, p.5)

Existem outras estratégias para esses problemas, uma delas é discutir sobre esses assuntos em forma de palestras, pessoas que passaram por esse tipo de violência e que tem capacidade para falar sobre esses crimes.

Deve ser cautelosa a forma para falar sobre esses assuntos tendo cuidado com a criança que está ali assistindo, a mesma pode estar passando por esse tipo de situação e deve não constrange-la. A intenção é que ela se sinta seguro para procurar ajuda seja na escola ou de uma pessoa de confiança.

A escola é como um segundo lar de uma criança, ela também pode cumprir seu papel na prevenção dos abusos. As instituições de ensino devem estar preparadas para receber esse tipo de problema. Lá a família tem acesso e deve ser orientada sobre a violência em seu lar. ( ROCHA et al., 2011, p. 282).

As palestras ministradas por pessoas capacitadas nas escolas servem para orientar não só às crianças e adolescentes sobre a violência física e sexual, mas também os professores, profissionais no geral da escola e principalmente os familiares. Auxiliam em como identificar os sinais e marcas no corpo, a observação a qual deve ser minuciosa, o cuidado de com quem deixar esses menores e nunca deixa-los sozinhos.

**6.2 - ASSISTENTES SOCIAIS NA PREVENÇÃO DO ABUSO SEXUAL**

Os profissionais da assistência social possuem um papel de grande importância. Esses profissionais oferecem orientações às famílias mais carentes, que estão mais vulneráveis a esse tipo de violência. Também podem, conversar com os responsáveis pelos menores, explicitando sobre a violência sexual e em como os efeitos podem repercutir na vida da criança ou adolescente vítima do abuso. Orientam também sobre a denunciar qualquer ato atentado, o menor que possa estar sofrendo.

Famílias muito carentes tendem a estar em um estado de mais vulnerabilidade a esses tipos de violência, daí entram a fundamental importância das assistentes sociais. Elas tem a função de orientar, é preciso ser extremamente cuidadosos para que essas pessoas aprendam sobre como proceder diante desse problema.

Vários são os fatores que implicam numa infância saudável e o comportamento muda quando essas crianças sofreram abusos, elas passam por mudanças, algumas reagem de forma mais agressiva, outras ficam mais introspectivas, respondem aos pais, desobedecem os pais, alguns fogem de casa, alguns preferem ficar mais sozinhos, existem várias reações aos traumas o que só as distanciam das pessoas que as amam e os afastam no meio social.

Primeiramente, a criança deve receber o acompanhamento psicológico, mas também é importante que toda a família passe por uma avaliação. A intenção é saber como a família vê toda aquela situação, para que ela seja orientada sobre a gravidade do que aconteceu e de como terá que desempenhar esse papel como família.

"...Ter vivido um trauma físico e psicológico faz com que a vítima questione sua capacidade de defender-se... Ela aprende a odiar seu corpo porque ele a faz lembrar de más experiências. Ela tem respostas dissociadas, apresenta dificuldade de intimidade e é emocionalmente distante. Ela aprende que não pode controlar seu corpo e que outra pessoa pode tocá-la sem o seu consentimento... Ela não confia na sua memória, nos seus pensamentos e no seu senso de realidade. Essas conseqüências afetam não só a vítima, mas também a sociedade em geral porque uma criança traumatizada torna-se eventualmente um adulto que pode adotar comportamentos agressivos ou passivos para resolver as situações e o estresse." (Blanchard, 1996, p.7)

É importante que o profissional que faz esses atendimentos não se envolva emocionalmente com a situação de forma negativa, já que expressar reações só faz com que a vítima se sinta reprimida, intimidada e iniba suas emoções e sentimentos. O relato deve ser ouvido por alguém que compreende o fenômeno e não questione a vítima apenas respeite a fala.

Os profissionais da rede de proteção precisam ter um instinto de sensibilidade aguçado, agora se exige um cuidado maior, é acolhedor a essas criança e adolescente que sofreram um abuso sexual doméstico.

A terapia ajuda a amenizar as consequências dos abusos às crianças e adolescentes, porém passam por mudanças como: desobedecer aos pais, fogem de casa, se distanciam da família e se afastam das pessoas que tinham boa convivência, se afastam da sua vida social. Sendo é quase que inevitável que não sofra nenhuma dessas consequências por isso a importância do acompanhamento dessa criança ou adolescente após os abusos.

**REFERÊNCIAS**

Koller, S. H., & De Antoni, C. (2004). Violência intrafamiliar: Uma visão ecológica. In S. H. Koller (Ed.), Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil (pp. 293-310). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Furniss, T. (1993). Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar - Manejo, terapia e intervenção legal integrados. Porto Alegre: Artes Médicas.

BRASIL. **Constituição Federal** (1988). Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_\_\_. **Lei n. 8.069, de 13 de jul. de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, Brasília,DF, jul 1990.

SCHINDHELM, Virginia Georg. **A sexualidade na educação infantil**. 2011, p.

03. Disponível em:

< http://www.revistaleph.uff.br/index.php/REVISTALEPH/article/viewFile/ 273/205> Acesso em 09 de Agosto de 2020.

Blanchard, J. (1996, Abril). *Sexual exploitation*. Trabalho apresentado no Congresso Against the Sexual Exploitation of Children, Brasília, Brasil.

*Watson, K. (1994). Substitute care providers: Helping abused and neglected children.Washington, DC: National Center on Child Abuse and Neglect.*

BALBINOTTI, Cláudia. **A violência sexual infantil intrafamiliar: a revitimização da criança e do adolescente vítimas de abuso**. 2009, p. 2, 4.

Disponível em:

< http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/article/view/ 8207/5894> Acesso em 23 de outubro de 2020.

SARMENTO, Manuel Jacinto & FERNANDES, Natália. **Infância e Direitos:**

**Participação das Crianças nos Contextos de Vida – Representações, Práticas e Poderes**. 2005, p. 5. Disponível em < http://hdl.handle.net/1822/6978>, acesso em 18 de março de 2019.

SCHINDHELM, Virginia Georg. **A sexualidade na educação infantil**. 2011, p.

03. Disponível em:

< http://www.revistaleph.uff.br/index.php/REVISTALEPH/article/viewFile/ 273/205> Acesso em 23 de fevereiro de 2019.

SOMMACAL, Clariana Leal & TAGLIARI, Priscila de Azambuja. A Cultura de

Estupro: O Arcabouço da Desigualdade, da Tolerância à Violência, da Objetificação da Mulher e da Culpabilização da Vítima. **Revista da ESMESC**.

Santa Catarina, 2017. Disponível em < https://revista.esmesc.org.br/re/article/view/169/143> Acesso em 20 de março de 2019.

TRINDADE, Eliane. **As meninas da esquina: diários dos sonhos, dores e aventuras de seis adolescentes do Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/index.php/nomos/article/viewFile/2527/1950>. Acesso em: 24/08/2018.

ZORNIG, Silvia Maria Abu-Jamra. **As teorias sexuais infantis na atualidade: algumas reflexões**. 2006, p. 4. Disponível em:<https://www.redalyc.org/html/2871/287122106009/> Acesso em 23 de fevereiro de 2019.